



# RELATÓRIO DE GESTÃO

## ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA



## RELATÓRIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015

### OBJETIVO:

A Diretoria do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina -, Administração 2013/2015, com base nos termos estatutários e regimentais, apresenta os principais resultados administrativos, financeiros e econômicos da sua administração, relativamente ao exercício de 2015, cujas contas são submetidas à elevada apreciação desse Eg. Conselho, e o faz nos termos do artigo 2º, § 1º, do Provimento nº 101/2002, do Conselho Federal.

### 1 - Gestão Administrativa e Financeira:

Ao apresentarmos a este Eg. Conselho a última prestação de contas da Administração 2013/2015, o fazemos com muita satisfação, porque não dizer orgulho, pois, absolutamente conscientes e certos do cumprimento integral dos compromissos assumidos com os advogados catarinenses quando das eleições de 2012.

Como se sabe, nesse período, ou seja, de 2013 a 2015, a economia brasileira apresentou um desempenho muito abaixo do projetado pelas autoridades econômicas, ficando muito aquém do esperado pela sociedade brasileira.

Basta dizer: em **2013**, o PIB – Produto Interno Bruto nacional apresentou um crescimento real de apenas **2,70%**; em **2014**, o seu crescimento real foi ainda menor, pois da ordem de ínfimos **0,10%**; em **2015**, o desastre foi total, com o crescimento real negativo de **3,80%**.

Em outras palavras: a economia brasileira, no período de 2013/2014, ficou praticamente estagnada, entrando em franca recessão no ano de 2015.

Não obstante esse cenário amplamente desfavorável da economia brasileira, com todos os segmentos produtivos e de serviços operando negativamente, a OAB/SC conseguiu realizar uma Administração absolutamente exitosa, calcada no ajustamento da sua estrutura administrativo-financeira, agindo com seriedade, austeridade, responsabilidade e transparência na aplicação dos seus recursos,

especialmente aqueles provenientes das anuidades dos advogados catarinenses, assegurando aos mesmos, além da certeza da sua correta aplicação, os serviços e benefícios por eles almejados.

Com efeito, o compromisso assumido com os advogados catarinenses, de se fazer uma Administração séria, austera, responsável e transparente, bem como, de realizar, mais e mais, investimentos na melhoria da infra-estrutura de toda a Seccional e na prestação de seus serviços, recebeu especial atenção da Administração passada.

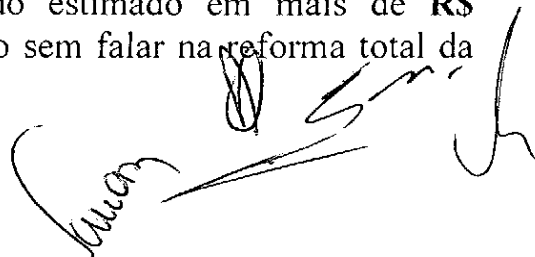
Mesmo sabendo que, da totalidade da receita advinda das anuidades dos advogados catarinenses, apenas **65%** ficam para a Seccional gerir, pois, **35%** delas são destinados para os repasses estatutários obrigatórios, ou seja, para o Conselho Federal (10%), o FIDA (2%), o Fundo Cultural (3%), a CAASC (20%) e a manutenção das Subseções, graças à Administração séria, austera e responsável imprimida, foi possível fazer grandes investimentos, aumentar em cerca de **50%** o valor dos repasses às Subseções e reduzir o valor das anuidades, tirando-o do topo da tabela das anuidades mais caras do Brasil.

Para tanto, complementamos as receitas próprias com financiamentos bancários, a maior parte deles com juros baixíssimos (subsidiados) e para pagamento a longo prazo, o que, por si só, não compromete, absolutamente, às próximas Administrações da OAB/SC.

Destarte, somente no **exercício de 2015**, foram aplicados em investimentos em móveis e utensílios, em máquinas e equipamentos, em informática, em reforma e em construção civil, mais de **R\$ 9.000.000,00** (nove milhões de reais).

Os financiamentos contraídos em todo o período (2013/2016) correspondem a pouco mais de 50% (cinquenta por cento) desse montante, a serem pagos, como salientado, a longo prazo, com juros baixíssimos.

Além disso, para se ter uma idéia do que isso significa, se comparado a com grandiosidade dos investimentos realizados na Administração 2013/2015, basta dizer que, somente, as sedes das **Subseções de Joinville, Itajaí e Criciúma**, construídas ao longo da última Administração, tem seu valor de mercado estimado em mais de **R\$ 30.000.000,00** (trinta milhões de reais). Isso sem falar na reforma total da





sede da **Subseção de Brusque**, hoje avaliada em mais de **R\$ 3.000.000,00** (três milhões de reais).

Os débitos junto ao Conselho Federal e a própria CAASC foram objeto de acordo e convertidos em auxílio financeiro para investimento nas obras retro mencionadas, nada ficando para a atual Administração pagar.

## **2 - Arrecadação e Investimentos realizados:**

Como mencionado anteriormente, a despeito do crescimento negativo da economia brasileira em 2015 (3,80%), a arrecadação da OAB/SC, conforme demonstrado no balanço encerrado em **31/12/2015**, conseguiu manter-se em equilíbrio em relação às despesas realizadas no mesmo período. Isso demonstra, mais uma vez, a seriedade, a austeridade e a responsabilidade com que foram realizadas as respectivas despesas, mesmo em ano eleitoral.

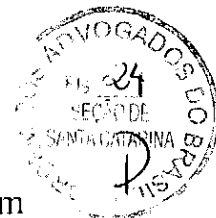
Aliás, para se ter uma melhor idéia a respeito, bastaria dizer que, na Administração passada, o orçamento previsto para o exercício de 2015 foi executado em sua quase totalidade, pois, graças à política firme de cobrança adotada, foi possível arrecadar cerca de **94%** das anuidades projetadas para o período, ou seja, de um total orçado de **R\$ 23.965.689,00** (vinte e três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais) foram efetivamente arrecadados **R\$ 22.578.258,00** (vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais).

Já em relação às receitas totais projetadas (operacionais e não operacionais), ocorreu um fato ainda mais auspicioso, tendo-se em vista que foram arrecadados no exercício de 2015, cerca de **103%** das mesmas, ou seja, houve um incremento de **3%** em relação ao que fora projetado.

De fato, enquanto as receitas totais projetadas eram da ordem **R\$ 34.578,413,00** (trinta e quatro milhões, quinhentos e setenta e oito mil e quatrocentos e treze mil reais), foram realizados **R\$ 35.624.604,00** (trinta e cinco milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e seiscentos e quatro reais).

Se comparada a de 2012 (R\$ 14.434.367,00), último ano de Administração anterior, a **receita de anuidade de 2015** (R\$ 22.578.258,00) teve um **crescimento real** de **33%** (descontada a inflação do período de cerca de 23%).

*Handwritten signature and initials.*



Tudo isso só foi possível, certamente, em decorrência, de um lado, da credibilidade que a Administração 2013/2015 granjeou junto aos advogados catarinenses; de outro, da rigorosa política de cobrança implementada, da inestimável colaboração e do grande esforço desenvolvidos por todos os valorosos e eficientes funcionários envolvidos, especialmente, os da Tesouraria, bem como, da profissionalização da gestão financeira e contábil da Instituição.

Em face do resultado da política de cobrança adotada e da alocação de recursos financeiros junto às instituições de crédito, especialmente, junto ao **BADESC** – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, como frisado, foi possível realizar investimentos, somente no **exercício de 2015**, da ordem de **RS 9.000.000,00** (nove milhões de reais), conforme demonstração a seguir:

<b>RECEITAS:</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>35.624.604,00</b>	<b>29.536.366,00</b>
Receitas de Contribuições	22.578.258,00	19.779.303,00
Receitas de serviços	3.795.799,00	2.718.249,00
Receitas diversas	9.250.547,00	7.038.814,00
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>9.096.934,00</b>	<b>4.450.772,00</b>
Equipamentos e Material Permanente	481.717,00	1.000.201,00
Biblioteca		2.531,00
Equipamentos Informática/Software		240.114,00
Máquinas e Equipamentos	56.115,00	357.952,00
Móveis e Utensílios	425.602,00	250.413,00
Veículos		159.190,00
Edifícios, Construções e Reformas	8.615.217,00	3.440.581,00
<b>DESPESAS:</b>		
<b>Despesas Correntes</b>	<b>36.541.528,00</b>	<b>35.027.249,00</b>
Despesas de Custeio	30.049.537,00	28.476.602,00
Transferências Correntes	6.491.991,00	6.550.647,00
Despesas de Capital		29.643,00
Investimentos		29.643,00
<b>RESULTADO PATRIMONIAL/OPERACIONAL DO EXERCÍCIO</b>		
Superavit/Déficit Exercício	24.390.564,00	29.911.090,00
Superavit/Déficit do Exercício	(916.924,00)	(5.520.526,00)
<b>Superavit/Déficit do período</b>	<b>23.473.640,00</b>	<b>24.390.564,00</b>



O quadro acima nos dá a exata dimensão das receitas, despesas e investimentos realizados ao longo do **exercício de 2015**.

Enquanto as Receitas Correntes aumentaram **20,6%** em relação a 2014; as Receitas de Contribuições **14,2%**; as Receitas de Serviços **39,6%**; as Receitas Diversas **31,4%**; os Investimentos totais **104,4%**; em Móveis e Utensílios **70,0%**; e em Construção Civil e Reformas **150,4%**, no mesmo período, as Despesas Correntes aumentaram apenas **4,3%** e as Despesas de Custeios apenas **5,5%** (contra uma inflação de mais de 10%).

De toda maneira, analisando mais amiúde o quadro acima, verifica-se que o balanço apresenta, novamente, um **déficit contábil**, de cerca de **R\$ 916.924,00** (novecentos e dezesseis mil reais). No entanto, podemos afirmar que o aludido **déficit** é meramente **contábil**, decorrente, a uma, da observância do **regime de competência**, razão pela qual a receita de anuidade, de **R\$ 4.264.443,00** (quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e três reais), realizada em Dezembro/2015, por conta das anuidades relativas ao exercício de 2016, deixou de ser contabilizada como tal no exercício de 2015, tendo sido registrada no respectivo passivo; a outra, porque a importância de **R\$ 1.505.148,00** (um milhão, quinhentos e cinco mil, cento e quarenta e oito reais), contabilizada como despesa, por conta da **depreciação** do patrimônio da OAB/SC, corresponde à **despesa apenas contábil** (não financeira), influenciando no resultado do respectivo balanço.

No entanto, se, de uma banda, fosse retirada do passivo e contabilizada como receita do exercício a importância de **R\$ 4.264.443,00** (quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e três reais), realizada em Dezembro/2015, por conta das anuidades do exercício de 2016 (regime de caixa), e, de outra, fosse abstraída a despesa de **R\$ 1.505.148,00** (um milhão, quinhentos e cinco mil, cento e quarenta e oito reais), contabilizada a título de **depreciação**, o balanço do exercício de 2015, ao invés de apresentar um **déficit** de **R\$ 916.924,00** (novecentos e dezesseis mil reais), teria apresentado um **superávit** da ordem de **R\$ 5.779.591,00** (cinco milhos, setecentos e setenta e nove mil e quinhentos e noventa e um reais).

#### **PAGAMENTO DA DEFENSORIA DATIVA:**

Conquanto muito se tenha feito na Administração 2013/2015, quer a título racionalização da gestão administrativo-financeira, quer a título de investimento em construção e reformas de sedes das Subseções e da própria Secional, quer em aquisição de móveis e equipamentos,



inclusive, de informática, especialmente com a implantação da Central de Inclusão Digital, muito há que se fazer ainda, e, certamente, será feito pela Administração 2016/2018, em prol dos advogados de Santa Catarina.

No entanto, não se pode deixar de registrar, como feito maior da Administração passada, o pagamento, por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, de cerca de **R\$ 100.000.000,00** (cem milhões de reais), por conta da dívida histórica relativa à **Defensoria Dativa**.

Destarte, entrava Governo, saía Governo, nada ou muito pouco era pago pelo Estado por conta da dívida da Defensoria Dativa, cujo montante foi se avolumando ao longo do tempo.

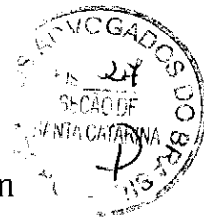
Assim, o pagamento da aludida importância (R\$ 100.000.000,00), ao longo da Administração passada, pode ser atribuído como a marca principal da mesma, que ficará registrada, indelevelmente, nos anais da história da OAB/SC e nas mentes e corações dos advogados catarinenses.

Certamente por isso, por todas as outras realizações já mencionadas, e, sobretudo, pela política de seriedade, de austeridade, de responsabilidade e de impessoalidade imprimida pela Administração 2013/2015, é que a mesma recebeu a confiança, o respeito e o reconhecimento dos advogados catarinenses, sufragando, nas últimas eleições, a chapa por ela apoiada com mais do dobro dos votos conferidos à chapa adversária, que, por isso, agora, tem a grave responsabilidade de dar prosseguimento ao trabalho apenas iniciado na Administração passada.

### CONCLUSÃO:

Por isso, em conclusão do presente relatório de atividades relativo ao exercício de 2015 - o último da Administração 2013/2015 -, pode-se afirmar, com absoluta certeza, que a mesma cumpriu rigorosamente os compromissos assumidos com advocacia catarinense, quer na esfera administrativo-financeira, quer na esfera institucional.

A seriedade, a austeridade, a responsabilidade e a transparência na aplicação dos recursos orçamentários, especialmente aqueles decorrentes das anuidades dos advogados catarinenses, regeram, de forma permanente, todos os atos e decisões tomadas pela Administração passada, quer no âmbito administrativo-financeiro e quer no âmbito institucional.



Em razão disso, foi possível chegar ao fim do seu mandato com alto índice de credibilidade e com a consciência do dever plenamente cumprido.


Assim, a Administração 2013/2015 pode entregar à Administração que a sucedeu (2016/2018) a “casa absolutamente em ordem”, em condições infinitamente melhores do que a recebeu da Administração anterior (2010/2012), pois, com dinheiro em caixa e sem um único centavo de dívida vencida para pagar.

Finalizando, cumpre registrar os mais sinceros e efusivos agradecimentos a todos quantos colaboraram com a nossa Administração, desde o mais simples servidor aos mais graduados; aos fornecedores e prestadores de serviços; ao Conselho Federal e à Diretoria da CAASC; aos Conselheiros Estaduais; aos Presidentes de Subseções; aos membros de Comissões; ao Governador Raimundo Colombo, e, sobretudo, aos advogados catarinenses.

Por último, resta desejar à atual Administração uma profícua gestão, desejando, sinceramente, possa realizar sempre e sempre mais em prol dos advogados catarinenses, indispensáveis que são à administração da Justiça.

Florianópolis, 07 de Outubro de 2016.

  
TULLO CAVALLAZZI FILHO - MARCUS ANTONIO LUIZ DA SILVA  
Presidente Vice-Presidente

  
ANA CRISTINA FERRO BLASI SANDRA KRIEGER GONÇALVES  
Secretaria Geral Secretaria Geral Adjunta

  
LUIZ MARIO BRATTI  
Diretor Tesoureiro